DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 8869/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/4647/2015
PROTOCOLO	: 1582483
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS
JURISDICIONADO	: ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

CUMPRIMENTO DE DECISÃO. LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. INSTRUÇÃO NORMATIVA PRE/TCEMS N. 13/2020. ADESÃO AO DESCONTO PARA PAGAMENTO DE MULTA EM FAVOR DO FUNTC/MS. QUITAÇÃO. CONSUMAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO. **ARQUIVAMENTO.**

Em exame o cumprimento da Decisão Singular n. 2636/2020 (f. 519-522), que decidiu pela regularidade da formalização do 1º, 2º, 3º e 4º Termos Aditivos ao Contrato Administrativo n. 183/2014, celebrado pelo Município de Alcinópolis e a microempresa Aldeni Nunes de Oliveira; pela regularidade da execução financeira do Contrato Administrativo nº 183/2014, bem como pela aplicação de multao ao Sr. **Ildomar Carneiro Fernandes**, ex-Prefeito, no valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS,** pela remessa intempestiva dos documentos referentes a formalização do 1º, 2º e 3º Termos Aditivos a esta Corte de Contas.

Diante da Certidão à f. 525-529 no sentido de que o jurisdicionado protocolou pedido visando ao desconto/redução do valor da multa imposta, bem como *realizou seu respectivo pagamento*, com fundamento no art. 3º, I, alínea “a” da Lei Estadual n. 5.454/2019, c/c o art. 1º §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, encaminhou-se os autos ao Ministério Público de Contas para parecer. Ademais, certifico ainda, que o mesmo transitou em julgado conforme Termo de Certidão nº 4157/2021 (fl. 531).

Por conseguinte, o *parquet de Contas,* por constatar que foi efetuado o pagamento da multa aplicada, opinou pelo **arquivamento** destes autos tendo em vista o cumprimento do julgado, conforme Parecer n. 7683/2021 (f. 538).

Diante do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e **DECIDO** pela **regularidade** do cumprimento do *"item 4.3"* da Decisão Singular n. 2636/2020, em razão da quitação da multa, mediante adesão ao desconto previsto na Lei Estadual n. 5.454/2019; e, considerando que já houve o julgamento das três fases da contratação pública, pelo **arquivamento** deste feito, uma vez que se encontra consumada à fiscalização da contratação, o que faço com fulcro no art. 6º, § 2º da Instrução Normativa n. 13/2020 c/c art. 186, V, a, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 98/2018.

Encaminhem-se os autos à *Gerência de Controle Institucional* para publicação e providências de estilo.

Cumpra-se.

Campo Grande/MS, 12 de agosto de 2021.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

ICM